

RESENHA:
THE CRIME OF MALDEVELOPMENT
(MARIA LAURA BÖHM, 2018)

*Jéssica Veleda Quevedo*¹
*Karine Agatha França*²


RCC
2021, vol.1, n. 2, p. 18-21
© Os (as) autores (as), 2021

www.crimlab.com
www.rcc.periodikos.com.br
e-ISSN: 2676-007X

RESENHA

BÖHM, María Laura. **The Crime of Maldevelopment: Economic Deregulation and Violence in the Global South**. New York: Routledge, 2018.

Operações extrativistas, impactos ambientais e populacionais, subjugação de populações inteiras e efeitos colaterais que vão desde o desenvolvimento de doenças à morte, além da incapacitação do solo para plantio e de outros recursos naturais específicos de cada região são temas latentes que têm merecido um destaque cada vez maior no campo de estudos da Criminologia. Todas estas questões são desenvolvidas por Maria Laura Böhm na obra “The Crime of Maldevelopment: Economic Deregulation and Violence in the Global South” (em português, “O Crime de Mau Desenvolvimento: Desregulação Econômica e Violência no Sul Global”) publicada pela Routledge em 2018. O objetivo é a proposição de uma categoria conceitual criminológica capaz não apenas de abarcar os crimes individuais, como também identificar estruturas e processos de violência que atingem especificamente a América Latina, esmiuçando a análise para localidades e povos que foram vítimas de violações levadas a cabo por grandes empresas, em conluio com os Estados e o mercado global.

A autora utiliza o termo crimes de mau desenvolvimento para explicar a relação de interdependência estrutural e formas invisíveis, visíveis e culturais de violência cometidas nos países latino-americanos em nome dos interesses econômicos internacionais, por meio de oito casos concretos. A categoria conceitual que Böhm apresenta pode ser utilizada como referencial criminológico para contribuir com estudos e análises sobre a responsabilização, reparação e reintegração de processos de vitimização ambiental ocasionadas por atores poderosos às margens do capitalismo global.

A obra divide-se em três partes, a primeira - compreendendo os capítulos 1 e 2 -, expõe o contexto político e criminal da América Latina, revelando os contrastes geopolíticos existentes entre o Sul e o Norte global, bem como demonstrando fatores que geram dependência regulatória e desregulamentação no território latino. Estes que ocorrem por meio de acordos de livre comércio e decretos legislativos, integrando um projeto neoextrativista e de

¹ Pós-Graduada em Neuropsicologia pela Uniasselvi, Mestra em Ciências Criminais pela PUCRS e Bacharela em Direito pela Faculdade Estácio do Rio Grande do Sul. Advogada e Coordenadora-adjunta do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas. E-mail: jessiveleda@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0178286802031170>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-8831-3292>.

² Mestranda em Ciências Criminais na PUC do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. Membro do projeto memória, luto e luta em tempos de pandemia: estratégias culturais para afirmação da vida diante da gestão da morte nas prisões. Integra os grupos Direito à Verdade, à Memória e à Justiça de Transição e Estado de Direito e Criminologias Contemporâneas. Pesquisa criminologia verde, dano social e crimes dos poderosos. Email: karineagathaf@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2316325082039598>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6680-240X>.

financeirização da natureza, ora moeda de troca e objeto de controle que revelam a renúncia à soberania operada por atores específicos. Aprofundando a análise, Böhm apresenta no segundo capítulo os conceitos das violências visíveis – físicas e diretas -, e invisíveis – indiretas e estruturais -, pela perspectiva de Johan Galtung, de forma que a primeira se refere às condutas mais perceptíveis de violências como agressões físicas e a criminalidade de rua, enquanto a segunda representa as manifestações de violência estruturais que não são reconhecidas socialmente, mas impedem as populações de atingirem o seu verdadeiro potencial ou cumprir suas necessidades básicas. Böhm utiliza as denominações de Galtung para demonstrar como os interesses econômicos internacionais impactam, sobremaneira, os povos do Sul Global, em particular, a América Latina, com a aquiescência dos governos internos, de forma direta, estrutural e cultural.

Para a segunda parte da obra, a autora traz estudos de caso representativos das violências invisível e cultural – no capítulo 3 – e físicas visíveis – no capítulo 4 -, a partir das quais se verificam os efeitos da desregulamentação econômica e a atuação das grandes empresas do setor privado (agrícolas, mineração, energia limpa e indústria de hidrocarbonetos). Para “fazer ver” das violências invisíveis, Böhm apresenta as ocorrências das violações em Salaverna El Peñasquito (México); Texaco/Chevron (Ecuador); Ralco (Chile); MOCASE (Argentina); e para as violências diretas as realidades do Lote 8 (Guatemala); The Baguazo (Peru); Matopiba (Brasil); e Valle de Siria (Honduras). A conclusão, após a exposição de tais ocasiões, é de que muito embora os casos tenham sido levados a público de formas diferentes (pela mídia, testemunhos e/ou trabalhos acadêmicos), todos se conectam pelas violências operacionalizadas contra os povos que buscam proteger seus direitos e garantir suas necessidades básicas, seja de forma direta (através de embates e uso de armas de fogo) quanto indireta (pela contaminação e disposição de rejeitos tóxicos que provocam danos à saúde e possivelmente morte). As violências diretas e indiretas são fomentadas pela violência cultural, através de processos de discriminação histórica, cultural, política, social, econômica e ambiental impelidas contra os povos do Sul Global.

O capítulo 5, inicia a terceira e última parte da obra, a partir da qual a autora parte da demonstração de um ciclo de violências que leva ao aprofundamento da violência estrutural, gerando uma maior fragilidade sobre as populações internas, mais benefícios econômicos aos atores internacionais e, conseqüentemente, maiores danos sociais, violações de direitos, reiniciando assim o círculo. Isto ocorre, sobremaneira pela desregulamentação econômica interna dos países latinos, através de um projeto que demanda ação, como também omissão do Estado, o qual prioriza os interesses econômicos com o mercado global em relação as necessidades básicas da sua própria população, com a incidência de um neoliberalismo que promete desenvolvimento, mas entrega apenas dor e morte. Mais à frente, Böhm denota adequadamente que os atores das violências levadas a cabo não são meramente “a economia” ou “a ordem política”. A desregulamentação econômica é mais bem identificada com o neoliberalismo e com isso, governos progressistas, mesmo que declaradamente antineoliberais, corroboram com estes processos, especialmente no que se refere às licenças econômicas no nível das indústrias extrativistas. Da mesma forma, detrás destas empresas e Estados há pessoas reais de carne e osso assinando decretos legislativos e realizando as ações necessárias para que o “desenvolvimento a qualquer custo” ocorra, e com ele a derrocada de populações inteiras.

A autora adentra o capítulo 6 revisitando a noção de uma violência inseparável do conceito de “lei”, com base na produção de Agamben, ao explicar que “o rastreamento da responsabilidade pelo mau desenvolvimento é uma proposta de visibilidade das possibilidades e potencialidades que podem ser realizadas; também é uma proposta para explicar que o não atendimento de necessidades nem sempre é inevitável (...)” (BÖHM, 2018, p. 183, tradução

nossa). A justificativa é utilizada por governantes e “soberanos” para explicar as deficiências no atendimento a seus povos, legitimando as violências sofridas por estes.

Propondo-se à exposição do conceito criminológico de “mau desenvolvimento” e subsequentemente de sua categorização enquanto crime, Böhm o apresenta como um meio de reparação e prevenção que não necessariamente consistiria na punição tradicional como a conhecemos. Ressalta a existência de um sistema punitivo rebelde, onde o simbolismo da sanção penal ocorre por meio da priorização das narrativas das vítimas e confronto direto sobre o protagonismo hegemônico dos representantes do “soberano”. Neste sentido, outra proposta desenvolvida por Böhm diz respeito à tabela de responsabilidades, a ser pensada e projetada cuidadosamente para atrair atenção tanto dos atores envolvidos, como também da comunidade midiática e de outros grupos interessados. O foco é evidenciar a culpa dos responsáveis e o constrangê-los através da imagem corporativa e política, bem como visibilizar as vítimas e suas especificidades, de forma a erradicar com os distanciamentos sociais entre as pessoas atingidas, convencionalmente apagadas e silenciadas, com a população em geral.

Por fim, a autora frisa que o objetivo do trabalho foi o de tornar visíveis as violências invisíveis e cultural, de modo que o projeto de silenciamento produzido pelos atores poderosos seja quebrado, pontuando que as violências são produzidas tanto por regimes democráticos, quanto autoritários, através de atividades econômicas violentas. Sendo o “desenvolvimento” a realização de necessidades básicas em seu nível mais alto, o “mau desenvolvimento” é violência na medida em que implica a implementação de obstáculos ao atendimento destas necessidades. Portanto, se o mau desenvolvimento é violência, seu estudo ingressa no escopo da criminologia.

O trabalho de Böhm, ainda que lançado em 2018, permanece atual para a criminologia latino-americana, sobretudo enquanto zona de exploração de recursos naturais e humanos cujas necessidades e parâmetros de sobrevivência são frequentemente negligenciados em prol de um desenvolvimento que nunca se concretiza. A temática não é nova ou inédita, como bem destaca Böhm em seu texto – dela já se ocuparam autores do Norte e do Sul Global, em subdivisões e paralelos da Criminologia (Criminologia Verde, Vitimologia, Crimes de Globalização, estudos de Macrocriminalidade e de Colarinho Branco etc.), cada qual se ocupando da explanação do que Böhm considera um aspecto do Crime de Mau Desenvolvimento.

Dos muitos debates que podem se originar da obra, dois que se mostram extremamente relevantes são a atribuição de responsabilidade pelo mau desenvolvimento não apenas sobre atores econômicos estrangeiros, a partir de conceitos abstratos como “o neoliberalismo”, ainda que se reconheça o papel destes nos processos de violação dos povos nativos das regiões exploradas. Assim como a visibilização das ações oriundas dos próprios países latino-americanos, omissos às necessidades de seus povos internos e aos agentes-pessoas físicas que efetivamente tomam as decisões e assinam os papéis que dão rumo às violências, numa exploração que vai além do preconizado por Sutherland (1939) e Morrison (2006), por exemplo. De forma similar a ambos, entretanto, Böhm aponta uma nova categoria criminológica e um novo crime per se, focalizando o holofote em pontos antes pouco iluminados; e, na mesma linha, mas em um quê de meta-análise, a consideração da “violência” como objeto da criminologia, expandindo uma vez mais o escopo da ciência para além do que é normatizado penalmente ao redor do globo.

Além disso, as possibilidades de enfrentamento aos crimes de mau desenvolvimento apresentadas pela autora são importantes para as diferentes áreas do conhecimento que compartilham o interesse de estudar e compreender a criminalidade dos poderosos. A ideia do sistema punitivo rebelde explora os limites epistemológicos da criminologia e do direito penal, no sentido de trazer outras propostas mais interessadas na priorização das vítimas e na visibilização dos conflitos através de mecanismos como a tabela de responsabilidades, que busca contrapor a construção imagética que as corporações e Estados produzem após o

cometimento de danos, por meio de técnicas de greenwashing, colocando em baixo do tapete toda “sujeira” a qual estiveram envolvidos.

Outro ponto que merece destaque é a atenção deslocada pela autora para as produções do Sul Global, uma vez que é nesse hemisfério que se dão as violações registradas (ao menos na obra que agora se analisa), atingindo povos já vulnerabilizados pela colonialidade de poder, saber e ser, períodos ditatoriais, autoritários e mesmo democráticos, com formas de governar pautadas no neoliberalismo e na priorização de interesses privados e de mercado em relação a seus povos. Esta visão de dentro permite uma maior compreensão das realidades das populações vitimizadas sistemicamente, cuja proteção e promoção do desenvolvimento real deveria ser o foco dos atores econômicos globais, sendo estes pertencentes ao governo ou a seara privada.

